

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANTÔNIO ALEXANDRE REIS DE CARVALHO**

**A ESCOLA NORMAL FRANCISCO CORREIA COMO INSTRUMENTO DE  
EMANCIPAÇÃO DE JOVENS PARNAIBANAS DE CLASSES MENOS  
FAVORECIDAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.**



**Parnaíba - PI**  
**2013**

|

|

|

|

|

|

|

|

|

|

ANTONIO ALEXANDRE REIS DE CARVALHO

**A ESCOLA NORMAL FRANCISCO CORREIA COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO DE JOVENS PARNAIBANAS DE CLASSES MENOS FAVORECIDAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual do Piauí, como um dos pré-requisitos para conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob orientação do Professor Msc Sérgio Luiz da Silva Mendes.

**Parnaíba - PI**

**2013**

---

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
SETORIAL PROF. CÂNDIDO ATHAYDE – CMRV / PARNAÍBA

C331e Carvalho, Antonio Alexandre Reis de.

A Escola Normal Francisco Correia como instrumento de emancipação de jovens parnaibanos de classes menos favorecidas nas décadas de 1960 a 1980. / Antonio Alexandre Reis de Carvalho. – Parnaíba: 2013.

42 fl. il.; anexo.

TCC (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2013.

Orientador: Prof. Msc. Sérgio Luiz da Silva Mendes.

1. Educação – História – Parnaíba/PI (1960 a 1980). 2. História da Educação - Mulheres - Formação Docentes. 3. Escola Normal Francisco Correia [1927]. I. Título.

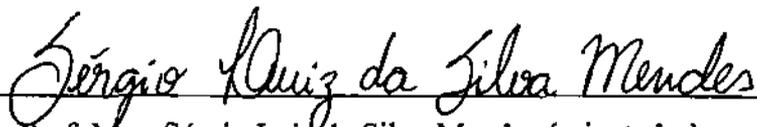
CDD – 370.981 22

ANTONIO ALEXANDRE REIS DE CARVALHO

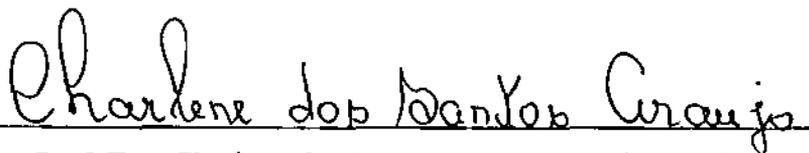
A ESCOLA NORMAL FRANCISCO CORREIA COMO INSTRUMENTO DE  
EMANCIPAÇÃO DE JOVENS PARNAIBANAS DE CLASSES MENOS  
FAVORECIDAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.

Aprovada em 07/02/2013

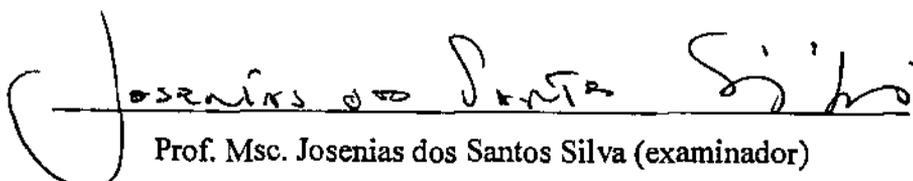
Banca examinadora



Prof. Msc. Sérgio Luiz da Silva Mendes (orientador)



Prof. Esp. Charlene dos Santos Araujo (examinadora)



Prof. Msc. Josenias dos Santos Silva (examinador)

*Dedico este trabalho à minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me conduzido neste percurso tão importante de minha vida. Obrigado Senhor.

A meus pais e toda a minha família por todo o apoio dado nesta jornada.

A minha companheira de todas as horas Carla Amara pelo apoio prestado nos momentos bons e ruins desta jornada.

A meus amigos, em especial a Lyvia Terto pela ajuda na concretização deste trabalho.

A meu orientador Sérgio Luiz por todo o apoio prestado e por acreditar na conclusão deste trabalho.

A todas as entrevistadas de nossa pesquisa, que nos cederam seu tempo e contribuíram significativamente para este trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho. Obrigado.

*Os estudos de Gênero são, em grande medida,  
herdeiros da História das Mulheres e sua preocupação  
em dar maior visibilidade às mulheres na História.*  
Pinsky

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Escola Normal Francisco Correia como um instrumento de emancipação de jovens parnaibanos de classes menos favorecidas, sobretudo no período compreendido entre os anos de 1960 a 1980. A Escola Normal Francisco Correia fundada no ano de 1927, foi um importante centro educacional parnaibano voltado principalmente para a educação e formação das jovens. Este estabelecimento de ensino veio proporcionar às mulheres parnaibanos a continuação e a conclusão dos estudos e conseqüentemente a sua inserção no mercado de trabalho. Norteados pelos conceitos ofertados pela História Social e por meio de pesquisa bibliográfica e da metodologia da História Oral o presente trabalho analisou os discursos de algumas mulheres que vivenciaram o período e por meio de suas memórias buscou-se saber a importância da Escola Normal Francisco Correia como agente transformador na vida dessas mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Normal. Mulheres. Educação.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the role of the Normal School Francisco Correia as an instrument of emancipation of young parnaibanas of the lower classes, especially in the period between the years 1960 to 1980. The Normal School Francisco Correia founded in 1927, was an important educational center parnaibano focused primarily on education and training of young people. This educational establishment providing women came parnaibanas the continuation and completion of studies and hence their integration into the labor market. Guided by the concepts offered by the Social History and by means of literature and methodology of oral history this paper analyzed the speeches of some women who experienced the period and through their memories sought to know the importance of the Normal School as Francisco Correia transforming agent in the lives of these women.

**KEYWORDS:** Normal School. Women. Education.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – Fachada da Escola Normal Francisco Correia.....	29
<b>Fotografia 2</b> - Histórico de Maria de Lourdes Reis Lima referente ao ano de 1976.....	30
<b>Fotografia 3</b> - Grupo de professoras recém formadas na Escola Normal Francisco Correia ao assumir o cargo de professoras no Colégio Clovis Salgado em 1979.....	32
<b>Fotografia 4</b> - Desfile cívico em comemoração ao dia 07 de setembro.....	36

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>1. EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E PIAUÍ: UM BREVE CONTEXTO ENTRE O SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
1.1 O ENSINO NORMAL.....	18
<b>2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARNAIBANA ATÉ A FUNDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PARNAÍBA.....</b>	<b>22</b>
<b>3. SOB O OLHAR DAS NORMALISTAS: A ESCOLA NORMAL FRANCISCO CORREIA COMO INSTRUMENTO EMANCIPADOR NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.....</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES.....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>42</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo tem como objetivo analisar o papel da Escola Normal Francisco Correia como um instrumento de emancipação das mulheres Parnaibanas de classes menos favorecidas, sobretudo no período compreendido entre os anos de 1960 a 1980.

A Escola Normal Francisco Correia fundada no ano de 1927, foi um importante centro educacional voltado principalmente para a educação e formação das jovens parnaibanas. Segundo Maria da Penha a Escola Normal era “o Celeiro de Mestras de Parnaíba” (FONTE E SILVA, 1987, p. 178). Este estabelecimento de ensino veio proporcionar às mulheres parnaibanas a continuação e a conclusão dos estudos e conseqüentemente a sua inserção no mercado de trabalho.

Para o desenvolvimento deste trabalho fundamentou-se nos conhecimentos ofertados pela História Social, que segundo José D' Assunção Barros estuda os “[...] recortes de relações humanas (os modos de organização da sociedade, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades, as formas de sociabilidade). Em um caso estudam-se fatias da sociedade. [...]”. (2004, p. 110). Através destes recortes sociais, buscou-se compreender o papel da Escola Normal Francisco Correia na emancipação de jovens parnaibanas de classes menos favorecidas nas décadas de 1960 a 1980. Este estudo também teve como base os conceitos referentes a gênero que tem ampla ligação com a História Social. Segundo Carla Bassanezi Pinsky:

As concepções de gênero tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção destas relações, determinando experiências, influenciando nas condutas e práticas e estruturando expectativas. Um “olhar de gênero” não só procura o que há de cultural nas percepções das diferenças sexuais como também a influência das ideias criadas a partir destas percepções na constituição das relações sociais em geral. Grifo do autor (2010, p.34).

Além das concepções propostas pela História Social e pela categoria Gênero foi fundamental o uso da Memória, visto que “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). Para o uso da memória fez-se necessário o uso da metodologia da História Oral que segundo Francisco Alcides do Nascimento: “Não pode e nem deve ser vista como uma panaceia, mas como um instrumento que permite a construção de documentos, que levam para dentro da história, vozes ignoradas pelas fontes tradicionais”. (2006, p.140). O uso de

testemunhos orais possibilitou um olhar da sociedade parnaibana no período em estudo, assim como trouxe à superfície da história as vozes daquelas que vivenciaram o período.

O trabalho que se segue é composto por três capítulos: No primeiro intitulado de “O contexto da educação feminina no Brasil e Piauí entre o século XIX e início do século XX”, fez-se uma breve contextualização da condição feminina no século XIX e nas primeiras décadas do século XX; enfocando as bases pelas quais se estruturava a sociedade brasileira e piauiense. Abordando os discursos que buscavam legitimar (modelações comportamentais de mulheres e homens) e a importância dos primeiros colégios para moças no processo de feminização do magistério. Usou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica.

No segundo capítulo, “O contexto histórico da educação parnaibana até a fundação da Escola Normal de Parnaíba”, buscou-se falar um pouco sobre a política de modernizações em Parnaíba, e a implantação da Escola Normal. Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica e hemerográfica.

No terceiro capítulo intitulado “Sob o olhar das normalistas: a Escola Normal Francisco Correia como instrumento emancipador nas décadas de 1960 a 1980”, buscou-se analisar o papel da Escola Normal Francisco Correia e o magistério primário como instrumentos de emancipação de mulheres pertencentes às classes menos abastadas de Parnaíba nos anos de 1960 a 1980 enfocando as relações da instituição com a vida das entrevistadas. Utilizou-se a metodologia da História Oral por meio de entrevistas e pesquisa bibliográfica.

## 1. EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E PIAUÍ: UM BREVE CONTEXTO ENTRE O SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.

A sociedade brasileira, a exemplo de outras, segue um modelo de relações sociais fundado num sistema de ordem patriarcal e legitimado pela moralidade Cristã Ocidental, que naturaliza a supremacia do homem frente à mulher. Nesta perspectiva caberia ao homem um papel preponderante na sociedade, inclusive no que diz respeito à vida pública, aos direitos políticos e, sobretudo a educação intelectual, restando às mulheres o silêncio do lar, e a boa formação de seus filhos. No entanto se faz necessário ressaltar que este padrão social nem sempre se concretiza entre a parcela da população mais humilde, uma vez que não era sempre que as mulheres dispunham de um marido, irmão, ou mesmo pai abastado para arcar com os custos familiares. A esse respeito Follador diz:

Logicamente que as exceções existiam e as mulheres mais humildes não podiam “desfrutar” desse papel social que via como ideal para a mulher a vida reclusa em seu lar. Precisavam trabalhar e, desta forma, adentravam ao espaço público, reservado aos homens, pois o sustento da família em muitos casos era tarefa delas. (2009, p. 8)

Numa sociedade em que os comportamentos sociais foram fortemente moldados pelo patriarcalismo e a religiosidade, sobrava pouco espaço para a ascensão de mulheres aos espaços públicos, bem como ao provimento familiar, que quando acontecia por necessidade e através de trabalho duro, era associado à masculinização da mulher ou mesmo a prostituição. Este pensamento é um exemplo clássico da herança cultural ocidental que condena, oprime e exclui o ser desviante.

O modelo preconizado de mulher no Brasil do século XIX aparecia como subordinado e dependente do pai e do marido, sendo feita propriedade do homem e silenciada por ele. O aprendizado se iniciava na infância onde as meninas eram ensinadas a ser boas esposas e mães, sua educação estava ligada a tarefas estritamente domésticas como: cozinhar, bordar e costurar. Oliveira em seu trabalho sobre Educação e Religião das mulheres no Brasil do século XIX afirma que:

Desde menina era ensinada a ser mãe e esposa, sua educação limitava-se a aprender a cozinhar, bordar, costurar, tarefas estritamente domésticas. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, entre outros que

fundamentava a lógica patriarcal de mantê-la afastada dos espaços públicos. (2008, p. 1)

Esta mulher era vista pela sociedade como frágil, de pouca capacidade de trilhar uma carreira nos espaços públicos. Qualquer postura que desviasse deste pensamento era considerado imoral e indecente, tudo segundo uma lógica patriarcalista de mantê-la afastada do espaço público. Follador enuncia que:

Levando em consideração que o Brasil foi colonizado por ocidentais, podemos concluir que os homens no Brasil possuíam os mesmos conceitos, em relação à mulher, que os moradores do velho continente. Assim desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta as mulheres. Essas exigências levaram a formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele. (2009, p. 8)

Existia toda uma série de discursos que procuravam legitimar a superioridade do homem sobre a mulher que ainda pode ser percebido no início do século XX, colocando o primeiro como um agente ativo socialmente e o segundo numa passividade eterna.

Eu só admiro a mulher na santidade do seu lar, tratando da família. Quanto maior o número de filhos que uma senhora cria com desvelo e solicitude, mais a considero sábia e santa. Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha; mas olho sempre com prevenção invencível para essa espécie de macho, que não quer se confortar com os deveres do seu sexo. (FREIRE apud CASTELO BRANCO, 1996, p. 114)

Neste contexto existia toda uma série de cuidados e diferenciações no trato e na educação de meninos e meninas, uma vez que estes teriam que ter consciência desde muito cedo dos papéis sociais que cada um ocuparia. Segundo Louro:

(...) Aparecem na constituição de 1824, em classes distintas evidentemente revelando as restrições da época, ou seja, propondo que as meninas frequentem as escolas de primeiras letras, as pedagógicas, em classes separadas dos meninos e lecionadas por professoras mulheres (as quais deveriam ser comprovadamente honestas e dignas).(LOURO Apud GOULART, 2009, p. 17)

Neste período ainda existiam restrições ao ingresso das mulheres em classes mistas, “pois eram educadas para a vida doméstica, ao contrário dos homens, que continuavam a estudar no ensino secundário” (CARDOSO, 1981, p.21).

Já nas últimas décadas do Império, as mulheres foram aos poucos sendo percebidas no espaço educacional, com o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas que, embora não alterasse a concepção vigente de que as mulheres deveriam ser mais educadas, no sentido moral do que no aspecto intelectual, este crescimento favoreceu o acesso das meninas aos bancos escolares. Sobre as escolas mistas, Mendes afirma que:

(...) de todas as iniciativas de escolas particulares, a que obteve maior sucesso foi o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado em 1º de maio de 1882, sob direção de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Com uma estrutura extremamente organizada, o colégio funcionava em regime de internato e externato, recebendo clientela tanto masculina quanto feminina. (2007, p. 54)

Porém, os modelos de educação adotados nestas escolas objetivavam prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais, principalmente em escolas católicas ou para moças. Boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente (esperado) e construído para elas.

Com os ideais da República vem à necessidade da educação feminina, vinculado a modernização da sociedade, a higienização da família e a formação dos futuros cidadãos. Emergem novas exigências às mulheres que desde jovens devem ser preparados para assumirem o papel de boas mães e educadoras do lar.

Os discursos liberais defendiam uma escolarização primária para a mulher, e valorizava o espaço doméstico como campo privilegiado de atuação feminina. Neste contexto o acesso à educação, mesmo que apareça como conquista, acaba por reproduzir ou reforçar o modelo de mulher preconizado por aquela sociedade, onde a escola é ao mesmo momento espaço de luta e resistência. Este acesso à escolarização considerado uma conquista para as mulheres, pode ser compreendido como uma “distinção” onde, segundo Bourdieu:

A escola não cumpre apenas a função de conseguir a “distinção”- no sentido duplo do termo - das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem “como cultura” (...) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (1974, p.46).

Frequentar uma escola de prestígio, somada à educação familiar possibilita novas dimensões de aprendizagem formuladas no contato com outros jovens e professores. Nesta linha que se destacam a implantação de escolas religiosas missionárias fomentadas por grupos sociais que idealizavam a educação e a religião como estratégias na relação de poder, visando à imposição de um comportamento social, que pudesse ser melhor absorvido. É neste contexto que é fundado o Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba em 1907, pela congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena. Segundo Silva:

Numa sociedade marcada pela distinção de classes sociais, e consequentemente pelo preconceito, o colégio Nossa Senhora das Graças fundado em 1907 pela congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, era a principal escola formadora das filhas dos senhores mais abastados (2005, p. 22)

Estas escolas que objetivavam educar moças eram bastante influenciadas por tendências (teóricas) modernas, advindas, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa. Esse movimento acabou contribuindo diretamente na formação educacional feminina, pois quem antes era rejeitado, marginalizado do sistema educacional, encontrava agora nestas instituições portas abertas para a educação institucionalizada, mesmo que nestes locais a instrução fosse aplicada de forma muito rudimentar e superficial e sendo restritas as mulheres das classes mais abastadas, visando à consolidação de uma imagem da mulher. Segundo Sousa Maria:

A instrução feminina, nos raros casos em que acontecia, estava reservada as mulheres pertencentes às classes sociais mais elevadas. Mesmo neste último caso, a instrução era vista como mais atrativo, uma mulher bonita, elegante, discreta e que soubesse um pouco de arte, literatura e também um pouco de música, decorava bem um salão aristocrático. (2009. p. 144)

O esforço pela constituição desta imagem forjada ao longo dos tempos, pela tradição patriarcalista e religiosa, de uma mulher “virtuosa” pode ser percebido em inúmeros discursos como o retratado por Louro:

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO apud MENEZES, MACHADO E NUNES, 2009, p.46).

Mesmo a inserção da mulher na educação formal deve ser tratada com cautela, pois segundo Nobert Elias (1994) “a história acontece de forma processual e lenta”. As mudanças ocorridas com o fim do império e ideais da república não se deram de forma imediata e também não atingiram diretamente todas as camadas da população brasileira num primeiro momento.

A adoção de novos hábitos e o acesso a educação estava em grande parte restrita aos espaços urbanos, onde havia a maior circulação de capital e influências estrangeiras. Não só a elite como também mulheres de classe média passaram a ser notadas por sua habilidade em falar francês e, às vezes, inglês e alemão.

Foram treinadas na etiqueta e nos protocolos sociais. Sabiam tocar piano, cantar, recitar, desenhar, pintar e fazer qualquer tipo de bordado, mas eram também capazes de manter uma conversação animada sobre assuntos momentosos. Permaneciam nas escolas até os doze ou treze anos de idade quando saíam para se casar. Nas escolas, as meninas aprendiam rudimentos de história, geografia, aritmética, composição literária doutrina cristã e trabalhos de agulha (COSTA, 1994, p.504).

Porém as resistências ainda eram enormes a vida pública da mulher e a educação, principalmente para as moças das camadas menos favorecidas da sociedade, uma vez que elas não tinham acesso às escolas particulares, devido ao custo, e o número de vagas no ensino público ainda ser muito baixo. Resistências fortes que se faziam presentes em sua forma mais crua no currículo que era preconizado de forma a garantir e legitimar o controle do homem sobre a mulher.

Além disso, existia também uma diferenciação nos currículos: nas escolas primárias masculinas ensinavam-se a leitura, a escrita e conhecimentos de aritmética, geografia e línguas; nas femininas ensinavam-se as primeiras letras, gramática portuguesa e francesa, os “trabalhos de agulha”, a música, o canto e a dança (ROCHA COUTINHO apud MENEZES, MACHADO E NUNES, 2009, p. 45).

Resistências que persistem ao tempo e podem demorar séculos para serem superadas. A esse respeito Costa também menciona que:

Em 1969, quando uma escola de meninas no Rio de Janeiro tentou diversificar seu programa sentiu a necessidade de anunciar de que seu propósito não era promover a “emancipação das mulheres” e sim educar as futuras mães para que pudessem educar melhor seus filhos (COSTA, 1999, p.504).

Desta forma, até mesmo em instituições vistas como mais progressistas, reproduziam-se questões tradicionais, relacionadas às mulheres, considerando o nível de estigmas que a permeavam, e faziam com que elas mesmas incorporassem práticas como próprias de seu sexo, aceitando a dominação, mesmo quando se propunham a resistir.

O nível de mulheres instruídas nas primeiras décadas do século XX era relativamente maior em relação ao percentual do século anterior uma vez que começavam a surgir cada vez mais escolas voltadas para a educação feminina e escolas públicas mistas, porém este fato ocorria de forma lenta e era quase restrito às elites, já que a maioria das escolas com esse fim era de iniciativa privada, uma vez que faltavam escolas públicas com esse fim.

Em escolas católicas para meninas, dirigidas por freiras, meninas eram instruídas nos perigos do pecado da carne e na importância da obediência, humildade e religiosidade; a sexualidade era severamente reprimida. Uma ex-aluna de uma escola dirigida por freiras francesas, o colégio do Patrocínio, em Itu, mencionou nas suas memórias que as meninas tinham de usar camisolas quando se banhavam e mudar suas roupas no escuro para que não expusessem seus corpos sequer para si mesmos. (COSTA, 1999, p.506)

Nestas escolas religiosas havia grande rigor no preparo das aulas e a preocupação em cumprir os programas pré-estabelecidos, uma vigilância constante que proporcionava o controle das ações pedagógicas. Desta forma as famílias que procuravam estas escolas para matricular suas filhas tinham convicção do tipo de educação que elas receberiam, já que disciplinas próximas das prendas domésticas eram priorizadas. A escola enfrentava o desafio de fazer desabrochar nas educandas qualidades (consideradas como) essenciais à mulher, oferecendo às alunas um aparato de conhecimentos que a sociedade patriarcal considerava pertinente e apropriada para as moças das classes sociais economicamente privilegiadas. Como afirma Silva ao referir-se as escolas católicas:

Outro ponto relativo ao ensino que é relevante mencionar é o que concerne aos níveis e cursos oferecidos pelos colégios, pois este era no início de suas atividades educacionais apenas o curso primário e aulas livres eminentemente práticas e voltadas para a aprendizagem de atividades vinculadas diretamente à condução das lidas domésticas, tais como: pintura, bordado, corte e costura para recém-nascidos, canto, estas se constituíam, também, em aulas voltadas para o refinamento estético das mulheres piauienses. (2008, p. 4)

O internato para aquela sociedade era uma ótima oportunidade às filhas ricas da nação, que se distanciariam ao máximo de influências corruptoras. Ao final do ciclo de estudos, as alunas teriam sido fortalecidas nos fundamentos católicos de moralidade, de modo que ao voltarem para o mundo exterior não seriam corrompidas por ele. Deveriam ser fortes o bastante para atuarem como uma espécie de alicerce da família e dos bons costumes, uma vez que sua educação tinha um caráter estritamente religioso. As orações eram frequentes, ocorriam no início de cada aula. Nestas escolas as alunas temiam o castigo divino por seus erros.

No cenário nacional, com os novos ideais da República, a política de modernização e o processo de industrialização do Brasil, novas oportunidades de emprego são criadas, o que acaba seduzindo o público masculino por áreas mais lucrativas do que o magistério. As mulheres por sua vez ganham maiores oportunidades de adentrarem nos espaços públicos, ocupando os espaços deixados ou abandonados pelos homens.

Entre as razões que contribuíam para a inclusão definitiva da mulher no campo docente, está a crença de que teriam maiores dons para a arte de educar e, também por encarar com abnegação a profissão, esquecendo todas as dificuldades da caminhada. Como os baixos salários destinados ao pagamento de seus trabalhos. (SILVA, 2005, p. 23)

É em meio a esse processo de inserção da mulher no magistério, principalmente no primário, que começam a se intensificar ou proliferar no Brasil, a implantação das Escolas Normais em vários Estados brasileiros.

## 1.1 O ENSINO NORMAL

A primeira Escola Normal brasileira segundo Schaffrath foi criada em Niterói em 1835 e atendiam exclusivamente ao público masculino:

Um ponto que merece destaque na escola Normal de Niterói refere-se à ausência do elemento feminino e do negro na busca do preparo para a docência. A instrução era pública, mas o saber era distribuído em porções e não atingia a todos os segmentos da sociedade. Na verdade somente aqueles que eram homens, livres e possuíam propriedades eram depositários do nobre benefício de ser cidadão do Império. (2008, p.151)

Estas instituições de caráter precário com sérias limitações orçamentárias atuavam de forma irregular, ficando a mercê de decisões políticas, eram fechadas e reabertas com

frequência tinham sido criadas para atender as necessidades de formação de professores para o ensino primário que procurava se expandir. O ensino ministrado era dotado de um conteúdo extremamente prático lecionando-se mais aquilo que se deveria ensinar num curso primário que um real aprofundamento dos estudos.

No entanto, um dos primeiros motivos dos constantes fechamentos destes estabelecimentos, além da falta de recursos foi o crescente desinteresse do público masculino pela profissão docente, desmotivados pelos baixos salários de professores e vislumbrando uma carreira mais lucrativa no eminente setor industrial.

Para a máxima parte dos professores do ensino oficial o magistério, que devia ser sua principal ocupação, tornou-se apenas uma função subsidiária da sua atividade, uma achega, para muitos um pis aller. Crescido número deles o abandonaram de todo ou o desleixaram totalmente pela política, pelas finanças, pela indústria e por negócios e interesses de toda a ordem. (MATOS Apud MENEZES, MACHADO E NUNES, 1985, p. 45).

Assim percebe-se que outro fator que também contribuiu para o maior ingresso de mulheres no magistério primário foi o processo de urbanização e industrialização do país, que atraiu os homens para setores mais lucrativos.

A implantação destas escolas veio como “válvula de escape”, para a inserção de mulheres na vida profissional e pública, uma vez que aparecia como uma real oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, pois cada vez mais eram atraídas com o intuito da profissionalização, e isso se tornava cada vez mais possível devido o baixo interesse masculino pelo magistério e a precariedade dos salários.

No decorrer do tempo e de forma lenta, a profissionalização do magistério vai se tornar quase que estritamente feminina. Este processo se inicia no final do século XIX e adentra toda a primeira metade do século XX, quando ocorre sua consolidação.

O ingresso de moças nestes estabelecimentos de ensino Normal vai possibilitar espaços de profissionalização da mulher, onde esta encontra na escola uma maneira de atuar fora do espaço privado, promovendo a elasticidade do processo de articulação de poder. Mesmo com salários inferiores com relação aos homens da mesma profissão, estas tinham a oportunidade, através da educação, de se libertarem de certas “amarras”.

É característica das Escolas Normais brasileiras do século XX ofertar uma formação profissional, ampliação da instrução e elevar a mulher no campo da cultura, já que agora o magistério passa a ser entendido como um prolongamento das atividades maternas,

aonde vai se cristalizando na primeira metade do século como única profissão aceita plenamente para a mulher. Castelo Branco afirma que:

O magistério se firmava como uma saída honesta para a mulher suprir suas necessidades financeiras, principalmente na falta de um pai ou marido que o fizesse. Além disso, começava a ser visto como um campo aberto ao trabalho feminino, e mesmo um ramo em que as mulheres conseguiam resultados mais satisfatórios que os profissionais do sexo masculino. (1996, p. 87)

Nas primeiras décadas do século XX, o magistério feminino ainda guarda fortes traços do século anterior, pois sua prática era ainda um privilégio das mulheres solteiras de classes mais abastadas, porém vale ressaltar que em muitos Estados havia certa presença de moças de classes menos privilegiadas e viúvas atuando em escolas de primeiras letras. O que vai ser cada vez mais comum com o crescimento do número das escolas normais no Brasil e a conseqüente feminização do magistério.

A Escola Normal do Piauí a exemplos de outras Escolas Normais de outros estados também sofreu com a precariedade de recursos e a falta de organização. A primeira tentativa de implantação do ensino Normal no Piauí data de meados de 1864, tendo em vista a necessidade da implantação de cursos de formação de professores mais eficientes, uma vez que o Estado apresentava altos índices de analfabetismo. Porém, a escola teve que fechar suas portas em 1866, por falta de recursos, já que as mensalidades eram altas e muitos alunos tinham dificuldade para efetuar os pagamentos. O ensino Normal voltará a se restabelecer e desaparecer na província em outros períodos como afirma Lopes:

A escola Normal foi considerada a “pedra angular” desta reforma, a qual partia de uma crítica veemente à ação dos docentes primários, os quais procurava regenerar. Esta Escola Normal foi criada em 5 de agosto de 1864, pela Resolução nº 565, como escola mista, paga, funcionando como externato e situada em Teresina. Visava ser um centro de formação político-ideológica conservador, proporcionando uma formação baseada na moralização e na doutrinação religiosa. O fechamento desta escola não foi brusco, visto ter sido reduzida a curso anexo ao Liceu pela resolução nº599, de 9 de outubro de 1867.

A segunda tentativa de implantação do ensino normal no Piauí data de 1871, tendo sido criada uma escola normal pela resolução nº753, de 29 de agosto. Esta experiência encerrou em 1874, através da resolução nº858, que manteve a aula de Pedagogia como anexa a Língua Nacional, do Liceu.

A terceira tentativa de implantação de ensino normal é de 1882, quando a resolução nº1062, de 15 de junho, criou uma escola na capital, com curso de dois anos e frequência livre. Teve como parâmetro a experiência francesa realizada por François Guizot (1787-1896), ministro da instrução pública da França de 1832 a 1837. Esta escola seria fechada, mesmo tendo formado 26

professores de 1888, em 10 de outubro de 1888, pela resolução nº1197. (1996, p. 2)

Destaca-se no processo de consolidação da Escola Normal no Estado, a interferência de particulares:

Sentindo a premente necessidade de preocupação do professorado primário e o pouco caso que o governo dava ao assunto, um grupo de pessoas esclarecidas e interessadas pela educação fundou em Teresina uma sociedade particular com o fim de ajudar o governo na solução do problema. Essa organização que tinha a frente às figuras mais representativas do mundo intelectual, político e social do Estado, recebeu o nome de Sociedade Auxiliadora da Instrução (BRITO, 1996, p.35).

Um dos primeiros passos deste grupo foi a criação de uma Escola Normal Livre, onde os professores lecionavam de forma gratuita. Um dos principais colaboradores e um dos fundadores da Escola Normal livre era o professor Antonino Freire, que mais tarde ocupou a função de Governador do Estado.

Em 1910, o currículo de Escola Normal passou por grandes modificações. Passaram a fazer parte do currículo da Escola Normal as seguintes disciplinas:

Português, Literatura Portuguesa, Francês, Aritmética, Geografia e Cosmografia, História Universal e do Brasil, noções de Física, Química e Meteorologia. Noções de História Natural, Agronomia e Higiene, Pedagogia, Metodologia, Educação Moral e Cívica, desenho e Caligrafia, Música, Trabalhos Manuais e cartografia (BRITO, 1996, p.35).

As modificações no currículo da Escola Normal se deram de acordo com as necessidades da época, que no momento era de formar um corpo docente capacitado para substituir os professores em exercício, que na sua grande maioria eram leigos. Essas mudanças tinham o intuito de oferecer uma melhor formação aos novos professores, formado basicamente por mulheres, bem como capacitar alguns leigos que já estavam lecionando. Com esse propósito foram acrescentadas novas disciplinas diretamente ligadas a docência, porém sem perder de vista os trabalhos manuais.

## 2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PARNAIBANA ATÉ A FUNDAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE PARNAÍBA

Por volta do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Brasil vivia um processo de valorização dos espaços urbanos. Cultuava-se a ideia de progresso baseada nos moldes europeus. A esse respeito Pedro Vilarinho afirma que:

A valorização dos espaços urbanos não ficou apenas nos grandes centros do país. A ideia de progresso importada da Europa, juntamente com uma série de outros valores, espalhou-se pelo país, e as cidades brasileiras, mesmo as que não figuravam entre as mais ricas e prósperas, queriam, de alguma forma, também participar das mudanças que estavam em curso no mundo. Ignorar a onda de novos costumes e hábitos urbanos que chegavam seria dar um atestado de povo atrasado e inimigo do progresso e, assim, condenar-se a viver no passado. (CASTELO BRANCO, 1996, p.33-34)

A cidade de Parnaíba, durante as primeiras décadas do século XX, apresentava certo desenvolvimento urbano, oriundo de uma economia fortalecida pela intensa movimentação do comércio, sobretudo pelas exportações de produtos advindos do extrativismo vegetal para a Europa. A presença de estrangeiros na cidade era constante. Os estrangeiros davam a cidade um *status* de grande centro regional: “Proliferou empresas estrangeiras ou estrangeiros radicados na cidade (...). Duas famílias estrangeiras, os Clark e os Jacobs, construíram notáveis patrimônios. De tal forma integraram-se à comunidade que se tornaram parnaibanos”. (Almanaque da Parnaíba, 1985, p. 09)

O comércio voltado à exportação possibilitou a esta elite comercial um contato com o processo de modernização já instalado na Europa, o que permitiu a esta elite tomar para si a responsabilidade de implementar o projeto de “progresso” da cidade de Parnaíba. As reformas visavam modernizar a cidade.

Como se manifestava este ‘surto’ de transformações? Na rápida aglomeração de pessoas, na febre de construções de grandes prédios e belas residências, na abertura de avenidas, no calçamento das ruas, na construção de praças. E também no aparecimento das ‘maravilhas’ do mundo industrial, que rapidamente passaram a integrar o cotidiano dos parnaibanos. A luz elétrica, os carros, o cinema, o rádio, o sorvete: novidades que o piauiense do interior demoraria um pouco mais para conhecer (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 28).

Apesar do clima de modernização, os envolvidos no projeto de desenvolvimento da cidade começaram a esbarrar em dificuldades estruturais. Os discursos da elite comercial versavam em torno da urgência de reformas estruturais, “os governos uns após outros, se esquecem por completo de que o comércio precisa de apoio para realizar sua obra de progresso” (MADEIRA Apud LOPES,1996, p. 9)

Na frase pode-se perceber certo descontentamento com o pouco caso que os governantes estavam dando a Parnaíba naquele momento, pois segundo ele a cidade precisava de reformas e obras urgentes para continuar no caminho do progresso.

Com base nessa urgência de reformas, a burguesia “procurou realizar uma ação eficaz no que considerava importante para expansão de seus interesses econômicos, modernização da cidade com estradas, instrução e urbanização” (LOPES, SD, p. 11).

A educação também era pensada como elemento central para o desenvolvimento, no referente ao fator humano de produção, e deveria ser implantado conjuntamente com o desenvolvimento das vias de comunicação. E é nesse sentido que ela ganha maior visibilidade no imaginário social da cidade.

No aspecto educacional a situação da cidade não contrastava muito com outras regiões do Estado uma vez que o acesso à educação formal ainda era quase que restrito as elites, devido ao baixo número de escolas públicas e também a falta de um corpo docente capacitado para desenvolver suas funções:

As atividades de ensino em Parnaíba, durante a primeira República, até a construção do grupo escolar Miranda Osório (1922), eram todas desenvolvidas nas residências dos professores, fossem eles professores públicos, custeados pelo estado, ou em escolas particulares, mantidas pelas mensalidades dos alunos. O certo é que não havia muita diferença quanto as instalações prediais e os métodos de ensino (MENDES,2007,p.70)

A procura de modernizar o sistema educacional do município, o prefeito José Narciso da Rocha Filho, contratou em 1927, o professor paulista Luiz Galhanone, que tinha por objetivo transformar a educação da cidade comparável a dos centros urbanos mais desenvolvidos do Brasil. No seu projeto estavam incluídos uma reorganização da instrução secundária e o estabelecimento do ensino normal e comercial na cidade, bem como a organização de um currículo eficiente capaz de corresponder às aspirações da cidade.

Nesse período foi fundado duas das mais importantes instituições de ensino secundário da cidade. “Numa ação coordenada pelo poder público municipal com a ajuda da comunidade em 11 de julho de 1927, foram inaugurados o Ginásio Parnaibano e a Escola

Normal de Parnaíba” (MENDES, 2005, p.83). Sobre isso a professora Maria da Penha relata que:

A fundação dos dois estabelecimentos secundários em nossa terra, já era necessária, e foi fruto do grande idealismo de um pugilo de homens que tudo fazia pelo engrandecimento e pela pujança da terra berço. Ambos, Escola Normal de Parnaíba e Ginásio Parnaibano funcionando juntos, eram voltados para a formação de nossa juventude, naquela recuada década tão carente de formação cultural. (FONTE E SILVA, 1987. p. 172)

No discurso de Maria da Penha percebe-se claramente o espírito empreendedor de uma elite formada basicamente por homens que sentiam a necessidade de promover uma reforma educacional na cidade. Esta reforma na educação deveria contemplar toda a formação moral dos jovens parnaibanos, iniciando em casa, passando pelo ensino primário até uma boa formação no ensino secundário que permitiria uma melhor preparação para o ensino superior.

Neste sentido a educação formal feminina ganha cada vez mais força, pois nesta época o magistério feminino já era encarado como uma profissão digna e honrosa.

Essa ideia da educação primária como uma área de atuação da mulher conquista adeptos em todo o mundo. Os argumentos geralmente baseavam-se na vocação feminina para ensinar crianças, na sua ternura, como armas infalíveis para cativar os alunos para o aprendizado. (CASTELO BRANCO, 1996, p. 87-88)

A época de sua fundação a Escola Normal de Parnaíba juntamente com o ginásio parnaibano passaram a funcionar nas instalações do colégio Miranda Osório, porém ambas pertencentes a rede privada, pois apesar de receberem subvenção anual do poder público (Estado ou município) eram mantidas pela Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. Segundo Mendes: “Desde a fundação do Ginásio Parnaibano, a Sociedade Civil, sua proprietária, mantinha a Escola Normal (...)”. (2007, p. 101).

A fundação destas duas instituições de ensino secundário está intimamente ligada aos objetivos almejados por aquela sociedade. Sendo o Ginásio Parnaibano voltado prioritariamente para o público masculino: “o Ginásio visava oferecer a juventude, principalmente masculina o ensino secundário de preparação a um curso superior para a clientela que não optava para o exercício do magistério” (MENDES, 2007, p. 99). E por sua vez a Escola Normal já era um pouco mais voltada ao público feminino, uma vez que o magistério primário já tinha se consolidado no Estado como uma profissão feminina. Essa

preferência por mulheres no magistério primário, já era percebida quando da fundação da Escola normal oficial em 1910 no discurso apresentado pelo então governador do Estado Antonino Freire:

Duas razões principais atuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e a mais poderosa foi a natural aptidão para desempenhar melhor esta função, que a mulher possui, mais afetiva que o homem, ela está, por isso, muito mais apta, a ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros albores da inteligência.

A segunda razão foi exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia atual de vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os míseros ordenados do orçamento. A mulher porém, mais fácil de contentar e mais resignada, e quase sempre assistida pelo marido, pelo pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos serviços. (FREIRE Apud CASTELO BRANCO, 1996, p. 72-73)

Este fato pode ser percebido no livro de formatura da turma de concludentes do Ginásio e da Escola Normal de Parnaíba de 1932. Segundo Oliveira ao referir-se ao Ginásio Parnaibano, relata que:

A primeira turma (1932) foi constituída pelos seguintes alunos: Antonio de Pádua Passos Bompert, Dácio Fontenele de Araújo, Edmar Monteiro Sampaio, Euclides Godofredo Parente de Miranda, Francisco das Chagas Soares, José Bastos Marques, Mani Cavalcante Baquil, Mutsu-Hito Pires Lima Rebelo, Prêntice Muffort Avelino da Cunha, Renato Castelo Branco, Sethy Borges de Melo, Vicente Fontenele de Araújo. (OLIVEIRA, 1993, p.31)

Da mesma forma Oliveira descreve a primeira turma de formandos da Escola Normal de Parnaíba:

Em 1932 forma-se à primeira turma de professores pela Escola Normal de Parnaíba. São elas: Alda Avelino da Cunha, Angélica de Couto Melo, Edmé de Amorim Rego, Elda Furtado de Araújo, Francisca Gomes de Oliveira, Maria do Carmo Monteiro Sampaio, Maria Edith Sales, Maria Esther Monteiro de Sampaio, Maria Luisa Fernandes Alves Basto, Maria Luisa Monteiro de Sampaio, Maria Luisa Torres Pires, Mirtila Cutrim de Araujo. (OLIVEIRA, 1993, p.35)

Como se pode perceber no imaginário social da época ainda estava fortemente ligado a preceitos do século anterior, onde mesmo no momento em que as mulheres

ganhavam maior espaço no que diz respeito à educação e a uma profissão, ainda estavam evidentes as diferenciações no currículo e no prosseguimento dos estudos.

Quanto ao currículo, a Escola Normal contava com as seguintes disciplinas: Português e Literatura, Francês, Inglês, Geografia, Matemática, História, História Natural, Física e Química, Biologia e Higiene, Desenho, Psicologia Educacional, Metodologia e Didática, Desenho pedagógico, Noções de Agricultura, Trabalhos Manuais e Educação Física. De acordo com Mendes:

Para atender ao vasto currículo que a Lei nº. 1.199, de 19 de julho de 1928, colocava para funcionamento da Escola Normal de Parnaíba, toda a camada mais intelectualizada da elite social e econômica da cidade, passou a figurar entre os docentes da Escola Normal, além de consagrados professores que mantinham em suas residências escolas particulares: Português e Literatura: Drs. Édson Cunha, Clodoveu Felipe Cavalcante (advogados) e Prof. João Batista Campos; Francês: Prof. Henriete Soter Castelo Branco (francesa de nascimento e dama da sociedade); Inglês: Prof. José de Lima Couto (comerciante); Geografia: Dr. José Euclides de Miranda (advogado); Matemática: Dr. Samuel Antônio dos Santos (engenheiro civil); História: Drs. Édson Cunha, Clodoveu Felipe Cavalcante; História Natural: Dr. João Orlando de Moraes Correia (médico); Física e Química: Dr. José de Sousa Brandão (farmacêutico); Biologia e Higiene: Dr. Cândido de Almeida Ataíde (médico); Desenho: Prof. Alfredo Eduardo Amstein (topógrafo); Psicologia Educacional: Dr. José Pires de Lima Rebelo (advogado); Metodologia e Didática: Prof. Maria Celeste de Jesus; Desenho Pedagógico: Prof. Henriete Soter Castelo Branco; Noções de Agricultura: Prof. Carlos Souza Lima; Trabalhos manuais: Prof. Lise Torres Pires e Educação Física: Sargento Juvenal do Nascimento Araújo (instrutor do tiro de guerra). (2007, p. 103)

Nas palavras de Mendes pode-se perceber a presença mesmo que pequena de mulheres no exercício da docência, principalmente no processo de formação de novas professoras. Porém vale destacar que este era um privilégio de mulheres, filhas dos setores mais abastados que tiveram acesso a educação formal no Colégio Nossa Senhora das Graças, ou mesmo fora do Estado. Havia também mulheres oriundas de outros países, ministrando aulas nos primeiros anos da Escola Normal.

As disciplinas deste currículo visavam proporcionar as professorandas a ampliação de seus conhecimentos, bem como um maior direcionamento metodológico.

Outro ponto que merece destaque é que mesmo com a fundação da Escola normal voltada prioritariamente para o público feminino como pôde ser percebido no currículo, as mulheres que ingressaram no ensino normal na sua grande maioria eram filhas das elites abastadas da cidade. Este cenário só veio se modificar com a lei 1892 de 21 de novembro de 1959, quando a Escola Normal de Parnaíba passava a se chamar de Escola Normal Francisco

Correia, tornando-se uma escola pública no governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Sobre isso Fonte e Silva relata que:

O ponto alto da década de 1950 foi a oficialização, isto é, os dois estabelecimentos passaram para a Rede Oficial Estadual pela lei nº 1892 de 21 de novembro de 1959, ato assinado pelo então governador do Estado ex-aluno do antigo Ginásio Parnaibano, Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.

A estadualização não resta dúvida, foi um passo agigantado na vida educacional de Parnaíba.

Foi um notável acontecimento, por quanto atingiu a muitos com a educação média gratuita. Um novo rumo tomou a Escola Normal. (FONTE E SILVA, 1987, p. 173).

Em 1961, ocorre o desmembramento do Ginásio Parnaibano, passando a Escola Normal a funcionar no prédio onde hoje é a Unidade Escolar Cândido Oliveira, na Avenida Chagas Rodrigues. Segundo Fonte e Silva: “E logo em 1961, os dois colégios se desmembraram, passando a Escola Normal para prédio onde hoje funciona a Unidade Escolar Cândido Oliveira, ali à Avenida Governador Chagas Rodrigues”. (1987, p.173)

Com a estadualização da Escola Normal, começava uma nova fase na educação da cidade, uma vez que as moças das classes menos abastadas, também poderiam ingressar em um espaço público privilegiado, estudar e capacitar-se visando uma profissão. Para Oliveira: “Esta foi uma fase promissora para a educação em Parnaíba, rumo à democracia com a educação gratuita oferecendo a clientela pobre oportunidade de crescer profissionalmente”. (1993, p. 36)

O magistério primário aparecia como uma das maiores oportunidades presentes as mulheres parnaibanas, tanto das classes mais abastadas quanto também da classe humilde.

No período do desmembramento, quando a Escola Normal passou a ser uma instituição pública e autônoma, na direção da instituição ficou o professor José de Lima Couto e como vice-diretora a professora Maria Celeste de Jesus, no período a escola ainda funcionava em prédio provisório. Segundo Fonte e Silva:

O diretor consegue a construção do prédio próprio e na administração de Petrônio Portela, em 1967, foi inaugurado o majestoso edifício situado ali a Avenida Miguel Rosa, posteriormente mudada para avenida das Normalistas, Prefeito João Silva Filho, exatamente numa homenagem a brilhante classe estudantil que ruma a sua escola naquela larga, arborizada e bonita artéria da cidade. Daí, eu me lembrar e aqui eu repetir aquela quadra de Correia Junior, quando enaltecer a normalista:

\_ Vai para a Escola, normalista  
Pela amanhã todos os dias

Como de pássaros povoados  
A rua estruge de alegria (FONTE E SILVA, 1987, p. 174).

Nas palavras de Fonte e Silva percebe-se o envolvimento dos diretores com o estabelecimento de ensino, conseguindo a construção do prédio próprio com o governador do Estado. Percebe-se ainda o respaldo dado as alunas da instituição, as normalistas, na frase de Correia Junior mencionado por Fonte e Silva.

Com a aposentadoria dos gestores da instituição no final de 1967, assume a direção da Escola Normal a professora Maria Christina de Moraes Souza Oliveira, em 1968.

Durante sua gestão a Escola conseguiu aumentar o número de vagas, conseguindo implantar o ensino noturno visando “atender veementes pedidos do município para que as professoras leigas tivessem oportunidade de qualificarem-se legalmente para o exercício do magistério”. (OLIVEIRA, 1993, p.37)

Nesse período a escola criou cursos adicionais para especialização de professores em Pré- escola, Alfabetização, Comunicação e Expressão e Educação de Adultos.

A Escola Normal contava ainda com um Centro de Aplicação anexo a Escola Normal inaugurado ainda na gestão de José de Lima Couto. Segundo Oliveira:

A Escola Normal tornou-se um centro de formação, treinamento, atualização e especialização de professores do norte do estado, tendo realizado vários cursos atendendo as cidades de Luis Correia, Buriti dos Lopes, Cocal, Luzilândia, Esperantina e Piracuruca. Sua ação pedagógica estendeu-se as cidades de Píripiri, Pedro II, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e Batalha, onde realizou cursos adicionais deslocando os professores da própria Escola Normal. (1993, p. 38)

Desta forma a Escola Normal Francisco Correia na década de 1970 torna-se um centro importante na formação e especialização de professores das mais diversas cidades do Estado durante os finais de semana.

Para Parnaíba a Escola Normal Francisco Correia além de ser um centro de excelência na formação profissional de professores, passou a ser um instrumento de emancipação de uma parcela da sociedade, assunto ao qual se discorrerá no capítulo seguinte por meio de relatos orais e pesquisa bibliográfica.

### 3. SOB O OLHAR DAS NORMALISTAS: A ESCOLA NORMAL FRANCISCO CORREIA COMO INSTRUMENTO EMANCIPADOR NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.

Em 1932, ano em que a Escola Normal de Parnaíba, apresentava à cidade a formatura da sua primeira turma de alunas, foi promulgado o novo código eleitoral brasileiro, em que assegurava às mulheres o direito ao voto. Essa lei é resultado das fortes pressões exercidas pelos movimentos feministas e suas ideias libertárias advindas dos Estados Unidos e Europa.

Mesmo com as crescentes ideias libertárias trazidas pelos movimentos feministas que iam permeando na cabeça de mulheres que já haviam sido inseridas no mercado de trabalho, como enfermeiras ou professoras primárias, existia também nelas uma mentalidade conservadora que as afastava de certos comportamentos vistos pela sociedade como transgressores.



Fotografia 1: Fachada da Escola Normal Francisco Correia.  
Fonte: Gilson Brito

A Escola Normal de Parnaíba foi criada com a intenção de se tornar um centro de excelência no processo de formação de professoras primárias da cidade, porém o ingresso nesta instituição durante um bom tempo ainda era quase um privilégio de moças de uma classe mais abastada, tendo em vista que esta instituição tinha sido idealizada e mantida por uma sociedade civil, a Sociedade Civil do Ginásio Parnaibano.



Com base no histórico da professora Maria de Lourdes dos Reis Lima pode-se perceber que as disciplinas do novo currículo já estavam estritamente ligadas ao trabalho docente, deixando de lado disciplinas como trabalhos manuais, noções de agricultura que atrelavam a mulher ao trabalho doméstico.

Nesta perspectiva o que pretende-se analisar neste capítulo é o papel da Escola Normal Francisco Correia na emancipação das mulheres que ingressaram neste estabelecimento de ensino no período de 1960 a 1980, buscando responder ao seguinte questionamento: Que tipo de emancipação a Escola Normal trouxe às mulheres que ingressaram na mesma nos anos de 1960 a 1980?

Para responder a este questionamento foi de fundamental importância o uso da memória, visto que na construção deste capítulo foram utilizados relatos orais de professoras que estudaram na Escola Normal na década em estudo. Segundo Ecléa Bosi: “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época” (2003, p.16). Através desses relatos analisaremos a emancipação dessas mulheres nos aspectos financeiro e social.

A Escola Normal Francisco Correia desde sua estadualização se tornou uma ótima oportunidade das moças ingressarem no mercado de trabalho, sobretudo aquelas que pertenciam a uma classe mais humilde. Para essas moças a Escola Normal significava não apenas o prosseguimento dos estudos, mas também uma oportunidade mais acessível de se ter uma profissão digna. Segundo a senhora Zélia Maria de Araújo Vasconcelos, professora aposentada e normalista entre os anos de 1976 a 1978:

É nessa época o que a gente mais optava a maioria das mulheres, era pelo magistério, que tinha mais acesso para o trabalho, e quem era de família mais humilde tinha que procurar um emprego devido à dificuldade. A Escola Normal representava pra mim, continuar estudando, concluir o 2º grau já que eu não queria fazer o curso científico. (VASCONCELOS, 2012)

Nas palavras da professora Zélia pode-se perceber que as mulheres principalmente das camadas mais populares tinham certa preferência pelo magistério, uma vez que esta profissão já era um campo aberto para as mulheres e era uma oportunidade de suprir algumas dificuldades financeiras. Nesta época a opção por um curso científico já havia, porém algumas mulheres optavam pelo magistério não apenas pela maior aceitação no mercado de trabalho, mas também por falta de afinidade com disciplinas do curso científico.

A respeito da aceitação e absorção das novas professoras no mercado de trabalho a professora Zélia Vasconcelos relata que:

A Escola Normal significou muito, porque através do curso que eu fiz terceiro ano pedagógico, consegui ingressar para o trabalho. Eu terminei em 1978 e já comecei a trabalhar em 1979. Foi uma experiência muito boa porque através do curso pedagógico consegui o meu emprego, com muito sofrimento nos primeiros anos do magistério, mas a recompensa foi muito boa. (VASCONCELOS, 2012)

Essa absorção rápida, destas professoras pelo mercado de trabalho pode ser percebida também no discurso de Dona Maria Iracema Aragão ex-professora que estudou na Escola Normal Francisco Correia no período de 1966 a 1968, quando a mesma relata que: “Terminei em 1968 com 28 anos de idade, logo eu fiz o concurso no ano seguinte, fevereiro e a partir do mês de abril de 1969 já comecei a trabalhar no Colégio Clóvis Salgado aqui na Francisco Severiano, como professora efetiva”. (ARAGÃO, 2012)



Fotografia 3: Grupa de professoras recém formadas na Escola Normal Francisco Correia ao assumir o cargo de professoras no Colégio Clavis Salgado em 1979.

Fonte: acerva pessoal da professora Iracema Aragão.

Desta maneira pode-se perceber que a aceitação das professoras recém-formadas no mercado neste período era muito boa, uma vez que a Escola Normal era um centro de formação de professores respeitado e o número de professores leigos ainda era muito grande na cidade, sendo os professores recém-formados bem aceitos pelos colégios em que chegavam

para lecionar. Logo após a formatura as normalistas estavam aptas a ingressar no mercado de trabalho.

Ainda sobre a atração de mulheres pelo magistério a professora Maria Christina de Moraes Souza Oliveira relata que:

Bem naquela época quase as famílias todas indicavam para as mulheres, sobretudo era o curso de magistério. Mesmo tinha aqui em Parnaíba no Colégio Nossa Senhora das Graças e no União Caixerai o curso de contabilidade então quem não queria ser professora ia ser contadora né, do curso de contabilidade, mas a maior parte era indicada para ser professora. (OLIVEIRA, 2012)

Com base nas palavras de Maria Christina, ex-professora e ex-diretora da Escola Normal Francisco Correia de 1968 a 1987 nota-se que nesse período já havia outra opção que não o magistério, o ensino comercial e a profissão de contadora. Porém vale ressaltar que as duas instituições citadas pela professora pertenciam a rede particular de ensino, deixando a maior parte da população sem esse tipo de escolha, tendo em vista que as pessoas de classe mais humilde não poderiam arcar com as despesas das mensalidades destas instituições.

O baixo número de opções às mulheres que queriam ingressar no mercado de trabalho também pode ser percebido nas palavras de Maria de Fátima Souza Silva, ex-aluna da instituição no período de 1976 a 1978: “Somente a profissão de professora, não havia um outro curso profissionalizante para a população mais pobre só era mesmo para professora, para pedagogia.”(SILVA,2012)

Ainda sobre o tema a professora Zélia relata que:

Olha eu fui normalista por acaso. Eu não tinha vontade de ser professora, mas devido à situação financeira eu fui tentar porque eu não queria ficar sem ter o 2º grau, que na época era o 2º grau que hoje é o Ensino Médio, então eu não tinha condição de fazer outro curso. Eu não queria o científico do Estadual, então eu resolvi por necessidade ingressar na Escola Normal. (VASCONCELOS, 2012)

O depoimento da professora evidencia a entrada de alunos na Escola Normal procurando a docência, não apenas por vocação pelo fascínio do magistério, mas para conseguir uma qualificação profissional que pudesse sanar algumas dificuldades financeiras.

Da mesma forma Dona Francisca Batista da Rocha ao ser questionada sobre a importância do curso de magistério da Escola Normal em sua vida, relata que:

Eu já fazia artesanato. O curso representou muita coisa. Em primeiro lugar porque foi um trabalho a mais, um salário a mais que eu consegui né, porque eu ganhava muito pouco. Então foi por isso que eu lutei, estudei a noite, trabalhava durante o dia e consegui, graças a Deus foi muito bom, muito bom na minha parte financeira. (ROCHA, 2012)

Nota-se desta maneira que a opção das mulheres pelo magistério primário estava intimamente ligada ao aspecto financeiro não por uma excelente remuneração já que os salários não eram muito altos, mas pelo fato de poder contar com uma remuneração fixa que deveria ser recebida mensalmente. Sobre o tema a professora Francisca Batista afirma que: “Naquele tempo a gente sofria sobre o salário que era muito baixo e atrasado né, mas em outras consequências era muito bom, porque mesmo atrasado a gente podia contar com ele, um dia a gente recebia. Mas era muito bom, me ajudou muito”. (ROCHA, 2012)

Com base nesse discurso nota-se certo contentamento até com o atraso do salário tendo em vista que em algum momento poderiam contar com ele, o fato de ter uma remuneração fixa já suscitava nessas mulheres certa confiança nelas mesmas como seres autônomos.

Embora o encantamento com o magistério primário não tenha sido a principal razão pela qual muitas moças ingressaram no curso Normal, algumas delas acabavam se identificando com a profissão no decorrer de seu trabalho, como pode-se perceber na fala de Zélia Vasconcelos:

Quando eu terminei o terceiro ano pedagógico aí eu tentei, fui ser professora, mais até aí eu não tinha aquele dom, mas respeitava o curso que eu tinha feito né, concluído. E consegui, comecei a trabalhar e lá eu consegui tudo o que hoje eu tenho. Gostei demais, amei minhas turmas, meus alunos e me saí muito bem em termo profissional, fazendo o que eu aprendi a gostar. (VASCONCECOS, 2013)

Analisando o discurso de Dona Zélia nota-se a importância que ela atribui ao magistério primário proporcionado pela Escola Normal Francisco Correia em sua vida, sendo este o responsável por tudo o que ela conquistou, sua emancipação social e financeira.

Para a professora aposentada Maria de Lourdes dos Reis Lima que estudou na instituição no período de 1974 a 1976:

Trabalhar como professora no primário me trouxe muitas coisas boas, por que eu tinha meu salário que não era muito, mas servia para eu comprar minhas coisas sem ter que pedir dinheiro ao meu pai. E depois que eu me

casei eu já tinha meu emprego, não dependia do meu marido pra terminar minhas coisas, porque eu sempre trabalhei. (LIMA, 2012)

De acordo com as palavras da professora Lourdes, a sua inserção no trabalho através do magistério primário proporcionou-lhe certa independência financeira do pai e posteriormente do marido.

Outro aspecto que merece destaque neste estudo, além do financeiro, diz respeito ao *status* social, pois a normalista ou a professora era vista como um ser importante à medida que teria a missão de proporcionar uma boa educação para os filhos da cidade.

Mas do que profissionalizar, a Escola Normal Francisco Correia moldou comportamentos. Através dela, moças sejam da classe mais humilde ou da mais abastada, passaram a fazer parte do imaginário parnaibano. Segundo Pinsky: “Os símbolos, os mitos e os modelos apoiam-se em representações de gênero de acordo com cada contexto em que são invocados”. (grifo do autor) (PINSKY, 2010, p. 40)

Ser normalista, não era apenas pertencer à instituição Escola Normal Francisco Correia, era ser vista pela sociedade com muito respeito e relevância, como se pode perceber no relato de dona Maria de Fátima:

Tudo de bom! A pessoa que era normalista era respeitada. Tinha uma boa visão, era como se fosse hoje uma faculdade, todo mundo admirava. Era bem tratado quem fazia Normal naquela época. Lembro que tinha naquela época o 7 de setembro, que todo mundo ficava: vou esperar a Escola Normal! Vou esperar. (SILVA, 2013)

O discurso de dona Fátima é bem pertinente quando ela compara a Escola Normal Francisco Correia ao respaldo das universidades nos dias de hoje, tendo em vista que no período em estudo ainda não haviam sido implantados em Parnaíba cursos universitários destinados à formação de professores, sendo que a implantação só se deu em 1984, Segundo Oliveira:

Em julho de 1984, depois de insistentes lutas e projeto junto a Universidade Federal do Piauí foi aprovado o funcionamento do Curso de Pedagogia para o Campus Ministro Reis Velloso. Era Reitor na época Dr. Lineu da Costa Araujo e Pró-Reitora de Ensino a Professora Maria Cécilia Araujo Mendes. Ressalte-se que as primeiras solicitações para a instalação do curso foram dirigidas ao Reitor Camilo da Silveira Filho, sendo Diretor do Campus Dr. Lauro Correia que na época foram favoráveis à criação do curso e encaminharam o projeto ao Conselho Universitário. (1993, p. 72)

Embora no final da década de 1980, já existissem esforços para a implantação de cursos de licenciaturas para formar professores, estes esforços eram ainda um projeto de líderes locais cujo pensamento não condizia com o da maioria da população. Nesse contexto o curso Normal representava para as professoras de ensino primário a mais alta qualificação disponível na cidade.

Nesse sentido havia todo um cuidado com a imagem da normalista, já que essas seriam as próximas professoras da cidade. O fardamento tinha que ser rigorosamente cumprido, pois servia para preservar a imagem das normalistas perante a sociedade. Segundo Dona Iracema Aragão:

A normalista era uma jovem muito comportada e respeitada, que andava muito bem vestida, com o fardamento completo: sapato, meia, a farda a saíha azul, com a blusa manguinha curta. Quando era dia assim de um dia festivo, lembro inclusive um lá no centro cívico, a gente ia de gravata, blusa mangas compridas, muito bonitas, as normalistas. (ARAGÃO, 2012)

O processo de formação da Normalista envolvia desta maneira toda uma preparação na constituição da própria imagem. Como pode ser percebida na foto abaixo:



Figura 4: Desfile cívico em comemoração ao dia 07 de setembro.  
Fonte: acervo pessoal da professora Iracema Aragão.

Esses cuidados que eram tomados no processo de criação da imagem da normalista acabavam por suscitar nas moças o desejo de se tornar normalistas. Dona Regina Célia de Carvalho Araújo que estudou na instituição no ano de 1979 relata que: “tinha muita vontade de me tornar normalista, adorava ver quando elas passavam, eu queria vestir aquela farda, me tornar uma delas. Quando consegui, cursei por apenas um ano e tive que me afastar por problemas de saúde”. (ARAÚJO, 2012)

No discurso de Dona Regina percebe-se a dimensão de que a imagem da normalista dispunha no imaginário das jovens parnaibanas, pois a normalista representava a mulher que não desistiu de seus estudos e foi em busca de uma profissão e sua emancipação social e financeira.

Neste processo de emancipação vivenciado por estas mulheres, a Escola Normal Francisco Correia desempenhou um papel bastante relevante, tendo em vista a importância que as entrevistadas atribuíram à mesma em seus discursos, colocando-a sempre como algo decisivo em suas vidas. Nesse sentido a Escola Normal aparece como uma ferramenta essencial para sua inserção no mercado de trabalho, à medida que este estabelecimento de ensino ofertava a formação necessária para a boa aceitação no magistério primário, tornando-se assim um grande atrativo a moças de camadas menos abastadas que pretendiam conquistar sua independência social e financeira.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Normal de Parnaíba, assim como o Ginásio Parnaibano, fez parte de um projeto das elites comerciais e políticas da cidade de Parnaíba que consistia em ofertar melhor formação moral e intelectual para os jovens parnaibanos. Sendo a Escola Normal direcionada para o público feminino visando qualificar a formação docente, porém ainda com resquícios de uma educação voltada para as atividades domésticas, e o Ginásio Parnaibano responsável pela formação intelectual dos homens da cidade. No entanto esta formação era ainda um privilégio de poucos, tendo em vista que estas instituições eram de caráter privado, deixando a maior parte da população fora desse processo.

A modificação desse cenário só se tomaria possível com a Estadualização de ambas as instituições em 1959 e o posterior desmembramento dois anos depois. Com a Estadualização a Escola Normal de Parnaíba, passava a denominar-se Escola Normal Francisco Correia e ampliava o número de vagas tornando-se um espaço de formação profissional privilegiado para as mulheres parnaibanas, sobretudo para as moças de classes menos abastadas. Com as reformas de profissionalização do ensino que vieram com o Regime Militar em 1971, havia um novo direcionamento ao trabalho docente, a imagem de mãe educadora era substituída pela imagem das profissionais do ensino, passando a dar ênfase a disciplinas metodológicas e abandonando as disciplinas ligadas as atividades domésticas.

Esse espaço tornou-se, no período em estudo a maneira mais acessível e prestigiada que as mulheres das camadas mais populares dispunham para conquistar sua emancipação financeira e social. Ao referir-se a uma emancipação social, trata-se da imagem que essas moças passaram a ter perante a sociedade ao cursarem o ensino normal e se formarem professoras de ensino primário.

Com base no depoimento das entrevistadas pôde-se constatar que o aspecto financeiro foi preponderante em suas decisões pelo magistério, tendo em vista o discurso das mesmas sempre colocando sua opção como algo que lhe pudesse trazer retornos financeiros rápidos. Tal decisão é compreensível à medida que boa parte das entrevistadas relatou enfrentar problemas financeiros na época.

A Escola Normal Francisco Correia tornou-se para essas jovens um centro de habilitação, treinamento e especialização para o trabalho no magistério de ensino primário, promovendo sua inserção e segurança no trabalho, proporcionando-lhes uma emancipação financeira e social, uma vez que elas teriam conquistado um espaço na vida pública da cidade.

## REFERÊNCIAS E FONTES

ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1985, p. 09.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**.1. Petrópolis, Vozes. 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sistemas de ensino e Sistemas de pensamento**. In: Bourdieu, Pierre. A economia das Trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva 1974.

BRITO, Itamar Sousa. **História da. Educação no Piauí**, Teresina. Editora Gráfica da UFPI, 1996.

CARDOSO, Irene. **Os tempos dramáticos da mulher brasileira**. História Popular, nº 2. São Paulo: Ed. Parma Ltda, 1981.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República**, Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia á república: Momentos decisivos/ Emilia Viotti da Costa**. 7 ed. SP. Fundação editora da UNESP, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio e Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 1994.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcalismo brasileiro: uma herança ocidental**. Revista Fatos & Versões / n. 2 v. 1/ p. 3-16/ 2009. São Paulo. <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/3/102>.

FONTE E SILVA, Maria da Penha. **Parnaíba, Minha Terra: crônicas**. Parnaíba, PI, 1987.

GOULART, Bruna de Fátima. **Educação das mulheres, magistério e as relações de gênero em sala de aula: rupturas ou continuidades?** <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000041/000041F2.pdf>

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, são Paulo: Ed UNICAMP, 2003.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **A constituição e consolidação da Escola Normal no Piauí: História de um “viveiro muito especial”**. <http://www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/20.pdf>.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 4, p. 31-39, jul/dez. 1998

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: Educação e Sociedade**. Parnaíba, Sieart, 2007.

MENEZES, Cristiane Souza de; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Mulher e Educação na República Velha: Transitando entre o discurso histórico e o literário**. Revista Unisinos. vol. 2, nº 1, jan-abril 2009.  
[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/imagens/stories/pdfs\\_educacao/v13n1/art04\\_menezes\\_et\\_al.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/imagens/stories/pdfs_educacao/v13n1/art04_menezes_et_al.pdf).

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral. In VAINFAS, Ronaldo; Francisco Alcides do (org). **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006.

OLIVEIRA, Lilian Sarat. **Educação e Religião das mulheres no Brasil do século XIX: conformação e resistência**. Anais... Florianópolis, 2008. Disponível em < <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST27/LilianSaratdeOliveira27.pdf> > Acessado em 10 de outubro de 2012.

OLIVEIRA FILHO, Valdinar da Silva. **O Ensino Comercial e a Formação de Guarda-Livros: de porta-vozes da riqueza do Piauí a Guardadores da memória de Parnaíba (1900-1960)**, UFPI, 2004. Dissertação de mestrado

OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. **Parnaíba: das primeiras escolas aos cursos universitários**. Teresina, FUFPI, 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Gênero**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos Temas nas aulas de História**. – 1. Ed., 2ª Reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Escola Normal: o projeto das Elites brasileiras para a formação de professores**. [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I\\_encontro\\_inter\\_artes/20\\_Marlete\\_Schaffath.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffath.pdf).

SILVA, Maria do Rosário de Fátima Vieira da. **Mulher e História de vida no cenário parnaibano**, In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al (org). **Fragmentos Históricos: Experiências de Pesquisa no Piauí**. Parnaíba: Sieart, 2005.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **Formar boas cristãs e boas cidadãs: a formação do caráter e das condutas das mulheres piauienses através das atividades não-curriculares nos Colégios das Irmãs**. Teresina, UFPI, 2008.

SOUSA MARIA, Maria José de. A Mulher e a Educação na cidade de Parnaíba nos anos cinquenta, In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al (org). **Fragmentos Históricos: Experiências de Pesquisa no Piauí**. Parnaíba: Sieart, 2005.

#### **FONTES ORAIS**

ARAGÃO, Maria Iracema. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 30 de novembro de 2012.**

ARAÚJO, Regina Célia de Carvalho. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 30 de novembro de 2012.**

LIMA, Maria de Lourdes dos Reis. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 23 de novembro de 2012.**

OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 10 de dezembro de 2012.**

ROCHA, Francisca Batista da. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 27 de novembro de 2012.**

SILVA, Maria de Fátima Souza. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 28 de novembro de 2012.**

VASCONCELOS, Zélia Maria de Araújo. **Depoimento concedido a Antonio Alexandre Reis de Carvalho em 28 de novembro de 2012.**